A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM TEA NA REDE PRIVADA DE ENSINO

Kely Cristina Andrade Pereira¹

Claudiane Aparecida de Sousa²

Silvia Oliveira Nascimento³

RESUMO

Este trabalho tem como intuito analisar os desafios encontrados pelas crianças autistas, matriculadas na rede regular de ensino privado no Brasil. O direito à educação inclusiva é assegurado pela Constituição de 1988 e garantido também em normas infraconstitucionais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases e a Lei Berenice Piana. Todos esses institutos têm como dever regular as escolas públicas e privadas, protegendo os infantes com necessidades especiais, com o objetivo de garantir a essas pessoas um desenvolvimento digno, vez que com atenção e investimento, há evolução e qualidade de vida. O Transtorno do Espectro Autista é uma condição que afeta algumas pessoas e não tem cura, porém os autistas possuem características excepcionais e conseguem contribuir para uma nação mais desenvolvida, quando têm os seus direitos assegurados e são tratados com o estímulo certo. Contudo, esta pesquisa demonstra que mesmo com as previsões legais, diversas instituições privadas não cumprem com as suas obrigações, em prol de uma educação inclusiva, devido aos gastos financeiros que as medidas impõem. Conclui-se que é necessário fiscalizar e investir tempo e recurso, a fim de garantir que os direitos dos autistas deixem de ser apenas uma formalidade legislativa e passe a ser realidade em todas as escolas e universidades do Brasil. A metodologia utilizada foi embasada, principalmente, em pesquisa bibliográfica. Porém, também foi realizado um breve estudo de caso, para confirmar as teses alegadas.

Palavras-chave: Educação inclusiva; autistas; direitos; Ensino Privado.

1 INTRODUÇÃO

A educação é a principal ferramenta para o desenvolvimento de uma nação. E é por isso, que o Brasil prevê tanto na Constituição Federal de 1988, quanto em outros ordenamentos infraconstitucionais, o direito à educação como cláusula pétrea, sendo dever do estado garantir que todos os cidadãos consigam ter acesso a um sistema educacional digno.

Nessa vereda, cumpre salientar que como as pessoas são diferentes, é obrigação estatal contribuir para que cada cidadão, de acordo com as suas peculiaridades, consiga ter condições de desenvolver, através dos meios educacionais. É nesse sentido, que foram criadas diretrizes e normas, em prol de uma educação inclusiva, ou seja, de um sistema educacional apto a atender os cidadãos que possuem necessidades especiais.

¹ Graduanda em Direito pela Faculdade de Ipatinga

² Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil (2021). Professora - Pós-graduação da Universidade Vale do Rio Doce, Brasil.

³ Advogada formada pela Faculdade de Direito de Ipatinga -Fadipa, Doutora e mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, Especialista em Direito Privado. Professora da Universidade Presidente Antônio Carlos, Brasil

Ao analisar o processo histórico vivenciado pelos indivíduos com deficiências, nota-se que eles passaram por momentos difíceis, antes de alcançarem o direito a um sistema educacional inclusivo. Desse modo, tiveram que vivenciar por um momento de total exclusão, em que eram abandonados, sem qualquer garantia constitucional. Depois viveram a fase em que eram retirados de suas famílias para abrigarem em lugares isolados, onde só haviam pessoas com deficiências.

O mundo está em constante evolução e cada caminhada, demonstra uma nova fase. Após muitas décadas de um extremo descaso, em meados do século XX iniciativas inovadoras começam a ser registradas. Assim, é vivenciada a fase da segregação, em que os indivíduos com necessidades especiais passaram a ser acolhidos nas escolas comuns, mas ficavam em salas de aulas próprias para deficientes, não interagindo com as outras pessoas consideradas normais.

No entanto, constatou-se que a medida eficaz para garantir o efetivo desenvolvimento dos indivíduos com necessidades especiais é resguardar o convívio dessas pessoas com toda a sociedade. Dessa forma, as barreiras serão quebradas e os cidadãos saberão conviver uns com os outros, de acordo com suas peculiaridades, diminuindo os preconceitos.

Com efeito, foi introduzido no mundo, por meio de diversas Ações, como a Convenção de Salamanca em 1994, a necessidade de instituir em todos os países uma educação inclusiva, garantindo aos deficientes diversos direitos que têm como intuito transformá-los em sujeitos com dignidade e que consigam adentrar no mercado de trabalho, assim como qualquer outra pessoa considerada normal.

Diante disso, no primeiro capítulo desta pesquisa, busca-se demonstrar a importância da educação no cenário brasileiro, ressaltando o compromisso constitucional com a educação inclusiva, respeitando as peculiaridades de cada cidadão.

Na primeira seção também é abordada a Lei de Diretrizes e Bases, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a importância desses instrumentos para que seja instruída na sociedade, normas para que o direito à educação abranja todos os cidadãos. Assim, busca-se garantir às pessoas com necessidades especiais, como os autistas, o direito de conseguirem ter recursos para se desenvolverem.

O segundo capítulo aborda as fases, as quais o Brasil passou antes de implementar a educação inclusiva e a necessidade de a família agir em conjunto com as instituições educacionais, a fim de proporcionar às crianças especiais uma atenção maior, conseguindo entender as particularidades de cada infante. A partir de um trabalho conjunto, as ações são mais efetivas e consegue-se aprimorar os cuidados com a criança, contribuindo para um aprendizado de qualidade.

Já no terceiro capítulo, entende-se que todo o contexto histórico e teórico já foi abordado. Logo, o intuito é aplicar a educação inclusiva no contexto das crianças autistas. Posto isso, nessa seção propõe uma explicação sobre o Transtorno do Espectro Autista, demonstrando que sua descoberta é recente, o seu diagnóstico é difícil e por anos foi confundido com a esquizofrenia.

No Brasil, foi criada em 2012 a Lei Berenice Piana, a fim de proteger diretamente os direitos das crianças com TEA. Entre os compromissos instituídos pela legislação, destaca-se a necessidade das escolas tanto da rede pública, quanto privada, em oferecerem uma capacitação aos professores, para que saibam lidar com os alunos autistas.

Além disso, é obrigatório que a estrutura física da escola seja modificada, adequando às diretrizes da educação inclusiva e se demonstrada a necessidade, é obrigatório que as escolas ofereçam um acompanhante especializado para cada

aluno autista, para ajudar a criança em seu desenvolvimento, diante das suas particularidades. Ainda no capítulo terceiro, é abordado inúmeros obstáculos enfrentados pelas famílias de crianças autistas, em prol da garantia de uma educação de qualidade aos seus entes.

Este trabalho tem como maior foco, a análise dos desafios dentro da rede privada de ensino, demonstrando as dificuldades das escolas particulares em acompanharem as atualizações legais e aplicarem em suas instituições todas normas estabelecidas por lei, vez que, muitas escolas, tentam a todo custo eximir de suas responsabilidades.

A metodologia empregada no presente trabalho baseia-se principalmente em pesquisa bibliográfica, da qual se baseia para a realização dos debates acerca do tema. Para tanto, a principal abordagem do objeto dessa pesquisa será quantitativa. Contudo, ao final, será debatido um estudo de caso, vivenciado pela própria autora, atribuindo características qualitativas.

Ademais, a pesquisa jurídica será exploratória, vez que trata de temática que se encontra em constante alteração no ordenamento brasileiro, e explicativa, quanto a conceitos e outros aspectos já definidos por estudiosos do assunto.

Ao final, espera-se que a partir das reflexões abordadas nesse trabalho, seja aberta novas perspectivas de análise sobre o desenvolvimento das crianças autistas. Nesse ínterim, o objetivo é ampliar a fiscalização, aumentando o interesse das escolas da rede privada em adequar suas diretrizes de acordo com a legislação pertinente, garantindo uma educação de fato inclusiva e contribuindo para um futuro digno aos autistas.

2 A EDUCAÇÃO QUANTO DIREITO FUNDAMENTAL NO BRASIL

A educação é um direito fundamental, que tem como objetivo formar cidadãos capacitados e preparados para atuar em prol do futuro do país. Inclusive, no texto constitucional encontra-se um rol de garantias sociais aos indivíduos, zelando para a diminuição da desigualdade brasileira e contribuindo para o desenvolvimento da nação, conforme observa-se no art. 205 da Constituição Federal.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Ademais, nota-se a obrigação do Estado em fornecer condições para que as pessoas consigam ter acesso à educação, em todos os níveis de ensino, não só frequentando as escolas em si, mas possuindo meios de chegar até a Instituição de ensino e de permanecer nesses locais até a sua formação. A família também possui um papel primordial no processo educacional de uma criança, pois são os responsáveis pelos infantes que devem esforçar para que o processo educacional seja proveitoso (BONAVIDES, 2019).

Portanto, mesmo sendo importante a frequência escolar, dentro dos lares deve haver o papel do educador. Data vênia, é mister a função dos adultos em ajudar as crianças nas lições de casa, acompanharem em cada processo de aprendizagem e contribuir para a frequência escolar. Além disso, é crucial que os pais ou responsáveis lutem, quando perceberem irregularidades no sistema de ensino ou que agem se notarem a ausência de algum direito primordial à educação sendo violado.

Do mesmo modo, o direito fundamental à educação tem *status* de cláusula pétrea, devendo ser reconhecido e não podendo ser subtraído do texto constitucional. É um dos direitos sociais mais importantes e significativos para a sociedade. Nesse viés, é necessária a criação de políticas públicas e instrumentos que sirvam de garantia para o pleno acesso educacional de todas as pessoas, independentemente de suas condições econômicas, físicas ou psicológicas (GLITZENHIRN, 2015).

Este trabalho visa abordar o direito fundamental à educação, dando ênfase ao acesso às instituições privadas pelas crianças autistas. Assim, fundamenta-se no fato que todos os cidadãos possuem direitos a uma educação de qualidade e todas as instituições, sejam privadas ou públicas devem adequar-se, a fim de efetivar o que está disposto na Constituição e nas demais legislações.

2.1 Direito à educação na Constituição da República Federativa do Brasil

A Constituição Federal de 1988, conhecida também como Constituição Cidadã, trouxe diversas inovações legislativas para o Brasil, com o intuito de garantir maior igualdade material entre os indivíduos. Nesse sentido, foram previstos os direitos fundamentais, que são aqueles inerentes a qualquer cidadão e que não podem ser subtraídos ou limitados pelo estado (BONAVIDES, 2019).

A educação é reconhecida no Brasil, conforme o art. 6º da Constituição, como um Direito Fundamental social, ou seja, é uma garantia constitucional de segunda geração. O Estado tem o dever de prevê-la e também de arcar com os custos que ela requer.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL,1988).

O direito à Educação é peculiar, comparado aos demais, vez que além do governo ter a obrigação de transformar o que é previsto legislativamente em realidade, ele deve custear mensalmente esse direito. Isso ocorre pelo fato de que o ensino público é obrigatório e gratuito, podendo os cidadãos requerem o direito à educação judicialmente, caso não seja cumprido de forma eficaz pelo estado (MORAES, 2014).

A Educação diz respeito a todo o processo de capacitação de um indivíduo, com o intuito de formar cidadãos capacitados, que consigam futuramente atender suas necessidades coletivas e individuais. Por meio de previsão normativa constitucional, busca-se através da educação fortalecer a justiça e o respeito mútuo da nação (ALVES, 2021).

Destarte, a Constituição Cidadã afirma no seu art. 5º que “todos são iguais perante a lei”, evidenciando um dos princípios mais importantes para o direito brasileiro, que é o da isonomia. Ao referir a esse princípio, o fulcro é demonstrar, que além da isonomia formal, que garante igualdade a todos perante a lei. A nação tem o dever de instituir a isonomia material, que é a promoção de direitos para que as pessoas que possuem condições peculiares, consigam ter as mesmas oportunidades dos indivíduos que não têm essas limitações (BRASIL,1988).

Por meio da isonomia material, o texto constitucional tem a obrigação de proteger a todos, garantindo que aquelas pessoas que possuem vulnerabilidades,

sejam acolhidas e tenham o direito à educação resguardado e efetivado de forma eficaz.

Além disso, o governo brasileiro deve oferecer educação universal e obrigatória desde às creches até o ensino médio, enquadrando todas as crianças e adolescentes que estão no nível da educação básica, em alguma instituição educacional e garantindo que todas as etapas do ensino sejam efetivadas, conforme prevê o art. 208 da Constituição Federal (BARCELLOS, 2018).

Logo, o Poder Público também tem a obrigação de fiscalizar as instituições privadas, vez que existem aquelas famílias que optam por colocar os seus filhos em escolas particulares, sendo dever do Estado garantir que esses locais cumpram com as obrigações legais. Assim, nenhuma instituição pode deixar de cumprir com o que dispõe o ordenamento sob o argumento que não seria compensatório monetariamente instituir as leis, caso estas sejam obrigatórias.

Dessa maneira, o que é visível é que mesmo prevendo legalmente tantos direitos, na prática, as políticas públicas acabam por não alcançar todas as pessoas, fazendo com que diversos indivíduos não possuem condições de frequentar a educação básica, muito menos a rede superior.

É por isso, que deve haver grande fiscalização, como forma de garantir que a isonomia material seja efetivada na vida dos brasileiros, pois existem diversos grupos vulneráveis na nação, tanto economicamente, quanto nas diversas formas de vulnerabilidade (BONAVIDES, 2019).

Sendo assim, é fundamental garantir a efetividade de direitos, no âmbito educacional para os cidadãos que possuem deficiências de todos os tipos, não permitindo que as garantias desses indivíduos sejam suprimidas. A Constituição, no art. 208, III, menciona a necessidade de proteger os portadores de deficiência, fornecendo a eles, um atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

É de bom alvitre que cada criança consiga desenvolver suas peculiares e tenham a oportunidade de tornarem adultos independentes, que consigam alcançar seus objetivos. No entanto, existem pessoas que se manifestam de forma um pouco diferente, como é o caso dos autistas, e estes devem ser estimulados e resguardados constitucionalmente, tendo o direito a frequentarem escolas de qualidade, com professores e espaços preparados para acolhe-los.

2.2 Garantia de promoção à educação formal nos padrões da lei de diretrizes e bases da educação-LDB

Com o intuito de implementar de maneira detalhada o direito à educação, previsto na Constituição Federal, foi criada em 1996, a Lei nº 9.394, também conhecida como Lei de Diretrizes e Bases. Trata-se de uma legislação que objetiva o pleno desenvolvimento dos estudantes, para que adentrem no mercado de trabalho, sendo cidadãos preparados para contribuir com qualidade para o desenvolvimento da sociedade (BRASIL, 1996).

A LDB conceitua no seu art. 1º, a educação como uma esfera abrangente que engloba os processos de aprendizagem da vida familiar, da convivência humana, além de incorporar as instituições de ensino, manifestações culturais e o campo de pesquisa. No entanto, a própria lei deixa claro no § 1º do artigo supracitado, que o intuito é disciplinar a educação escolar, por meio da organização das instituições de ensino (BRASIL, 1996).

A promoção à educação, incorporada na Lei de Diretrizes e Bases visa exaltar os princípios basilares da Constituição Federal, destacando que as instituições de ensino têm o dever de serem uma referência na vida dos estudantes. Com isso, é necessário que seja ensinado nas escolas muito além do que prevê o conteúdo programático, devendo as instituições ministrarem sobre a importância da tolerância entre os indivíduos e sobre o respeito à liberdade de cada cidadão, valorizando as pessoas pelas suas qualidades peculiares, sabendo lidar com as diferenças e estimulando o desenvolvimento das crianças e adolescentes, através de atividades lúdicas e eficazes (MENDES, 2010).

Outrossim, é fundamental que desde novas, as crianças aprendam a ter respeito com os indivíduos que apresentam necessidades especiais, para que ajudem as crianças deficientes a evoluírem também, pois o que os cidadãos precisam é de acolhimento e amor. Contudo, esse é um desafio grande, visto que o preconceito está enraizado na sociedade, necessitando de políticas públicas, para a promoção do respeito dentro das instituições escolares e das casas dos cidadãos.

Dessa maneira, como forma de garantir que todas as escolas do país, sejam privadas ou públicas, compactuem com o mesmo objetivo, é necessária a criação de diretrizes que regulem a educação nacional e sejam uma base para a criação dos currículos escolares. A competência para estabelecer as diretrizes gerais de educação é da União, devendo os estados e municípios agirem em cooperação com esse ente federal, para estabelecer de forma subsidiária as diretrizes que melhor encaixarem na realidade e na cultura de cada região, respeitando as regras primordiais incorporadas pela União (BONAVIDES, 2019).

Com a colaboração dos entes federativos, busca-se formular bases educacionais que consigam vencer as desigualdades, o preconceito e fornecer conhecimento e conscientização, não só dentro das instituições, mas em todos os ambientes que o aluno frequentar, conforme observa-se nos artigos abaixo, extraídos da LDB.

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

- I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;
- II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;
- III - orientação para o trabalho;
- IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais (BRASIL, 1996).

A Lei de Diretrizes e Bases busca garantir um sistema educacional de qualidade. Salieta-se a preocupação em garantir que os estudantes desenvolvam a capacidade argumentativa e aprendam sobre atitudes fundamentais de respeito às diferenças, sendo cidadãos inclusivos e preparados em todos os sentidos para o futuro (MENDES, 2010).

Em consonância com o que prega o Texto Constitucional de 1988, a LDB estipula regras que devem ser seguidas rigorosamente pelas instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas, como a previsão de uma carga horária mínima de oitocentas horas anuais e a imposição de, no mínimo duzentos dias previstos anualmente no calendário escolar.

Outrossim, os currículos das escolas podem até abranger certas matérias escolhidas pela instituição. Contudo, estas devem ser complementares, vez que é

necessária a abrangência obrigatória de disciplinas primordiais para o aprendizado de todos os cidadãos brasileiros, conforme disposto no art. 26 da LDB.

Alguns exemplos são, a língua portuguesa, a matemática, a educação física, as aulas de artes e os conhecimentos da realidade social, política e natural, principalmente de abrangência brasileira, objetivando um conhecimento básico fundamental a todos os indivíduos (BRASIL, 1996).

É importante entender o dever da Lei de Diretrizes e Bases Educacionais em equiparar as escolas de todo o país e ao mesmo tempo, dar autonomia equilibrada aos estados, municípios e às próprias Instituições de ensino, para implantarem inovações que estiverem de acordo com as normas previstas no texto constitucional (MENDES, 2010).

Nesse diapasão, o princípio de coexistência do público e do privado autoriza, de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado a abrirem escolas em qualquer Estado ou município da Federação, ou em um distrito, localidade ou rua de qualquer cidade brasileira. Contudo, essas instituições devem prezar por uma educação de qualidade, sendo obrigatório o cumprimento das normas legais. Assim, elas não podem deixar de cumprir à lei, alegando que isso atrapalharia o lucro, por exemplo.

Ademais, é mister ressaltar que além da implantação de diretrizes formais para todos os níveis de ensino, tanto Educação Básica, quando no Ensino Superior, a LDB também traz previsões em relação à Educação Especial. O intuito é garantir a efetivação de direitos às pessoas que possuem deficiências, transtornos de desenvolvimento ou altas habilidades. A oferta inicia-se na educação básica e estende-se para toda a vida do cidadão, conforme o que dispõe o art. 58 da LDB.

Assim, é dever do governo garantir que as pessoas com necessidades especiais consigam ter uma educação de qualidade. Destarte, foram estabelecidos, no art. 59 da Lei de Diretrizes e Bases, direitos inerentes aos cidadãos com deficiências.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 1996, grifo do autor).

Indubitavelmente, nota-se que há na LDB, a preocupação com todas as pessoas, através do fornecimento de condições primordiais para o aprendizado dos portadores de deficiência. Essa legislação veio para melhorar o acesso à educação das pessoas com necessidades especiais, promovendo mudanças nos currículos,

serviços especializados, professores capacitados e métodos inclusivos, como forma de receber da maneira correta todos os cidadãos.

Nesse sentido, é mister a necessidade de uma atenção especial ao desenvolvimento dos infantes, por isso faz-se necessário o estudo do Estatuto da Criança e do Adolescentes e a sua influência na garantia do direito à educação no Brasil.

2.3 O Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA

A Lei nº 8.069/90, também conhecida como, Estatuto da Criança e do Adolescente, foi criada em 1990, garantindo proteção integral aos infantes, como forma de zelar por um desenvolvimento saudável a esses indivíduos, garantindo a eles dignidade. O objetivo desse Estatuto é fortalecer a identidade das crianças e adolescentes, por meio da implantação de políticas públicas, garantindo proteções e direitos e estipulando deveres (BRASIL, 1990).

Com efeito, é importante entender que a criança é aquele indivíduo de até 12 anos incompletos, enquanto que o adolescente é o que possui de 12 a 18 anos de idade, completos, conforme o art. 2º do ECA. Desse modo, o Estatuto de proteção aos infantes ressalta a importância de implantar o direito à educação de forma a preparar os indivíduos em desenvolvimento, para que consigam exercer a cidadania no futuro, tornando profissionais e seres humanos responsáveis, preparados para os diversos desafios da vida (MENDES, 2010).

A proteção dos infantes, estabelecida pelo ECA, começa desde a gravidez, vez que o Estatuto prevê assistência à gestante, fornecendo a elas condições dignas para que o bebê desenvolva bem nutrido e protegido. Com isso, o objetivo é que a mãe tenha acesso fácil ao pré-natal e a todos os mecanismos necessários para que tenha uma boa gestação, conforme prevê o art. 8º do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Ademais, o ECA fundamenta o direito ao respeito, proteção física, psíquica e moral dos infantes, estabelecendo diretrizes para que as crianças e adolescentes consigam ter uma educação eficaz, tanto dentro dos lares, quanto nas escolas. Assim, é necessário que haja instrumentos educativos para estimularem esses cidadãos, sendo vetado o uso de castigos e torturas para com os infantes.

O Estatuto, assim como o texto constitucional, ressalta a obrigatoriedade do ensino básico público e obrigatório, estipulando regras e garantias que visam proporcionar o respeito ao direito à educação de crianças e adolescentes, conforme observa-se no artigo abaixo:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica (BRASIL, 1990).

Diante do exposto, é notório o dever do estado em garantir que todas as crianças, inclusive aquelas que são portadoras de deficiências, sejam bem enquadradas socialmente. Contudo, mesmo as previsões sendo claras, na prática o

ECA enfrenta muitos desafios em prol de implantar uma educação que seja efetiva para todos os cidadãos, sobretudo para aqueles que possuem vulnerabilidades, como é o caso das crianças autistas.

3 O DIREITO DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO BRASIL

A educação é o centro de desenvolvimento social de um país, é a partir de um sistema educacional eficaz, que os indivíduos conseguem mostrar suas peculiaridades, por isso é um direito de todos os cidadãos o acesso a escolas de qualidade (DIAS, 2017, p. 17).

Destarte, é importante destacar que o artigo 208 da Constituição Federal, afirma que as pessoas com necessidades especiais possuem o direito à educação, de forma inclusiva, sendo essa garantia constitucional, reforçada pela ECA e pela LDB.

Dessa forma, todos esses ordenamentos foram tratados e detalhados nos capítulos anteriores deste trabalho, demonstrando a importância de oferecer condições dignas para todos os seres humanos conseguirem desenvolver no seu tempo e vencendo cada dificuldade.

Nesse sentido, no Brasil é obrigação dos sistemas de ensino adequar-se em diversos aspectos para atender as pessoas com necessidades especiais, fornecendo recursos pedagógicos, com um atendimento especial e utilizando de uma linguagem que favoreça o aprendizado e atenda às necessidades de todos os alunos (BRASIL, 2010).

3.1 A Educação inclusiva no Brasil

A inclusão social é um processo pelo qual a sociedade deve passar, para incluir em todos os âmbitos, as pessoas que possuem necessidades especiais, para que elas consigam ter sua independência e assumirem papéis sociais. Assim, é dever do Estado transformar-se, atendendo as demandas de todos os seus membros (SANTOS, 2012, p. 22).

No âmbito da educação, uma escola inclusiva é aquela que a partir do contato com os alunos especiais, consegue aprender com cada um, modificando ou acrescentando melhorias, com o intuito de adequar o aprendizado de forma a contribuir para o desenvolvimento dos cidadãos que possuem deficiências.

Um marco para a implantação de práticas inclusivas no Brasil foi a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais em 1994 na Salamanca, organizada pela UNESCO e pela UNICEF, frequentada por quase cem países do globo terrestre. Nesse evento, foi abordada a necessidade de definir um plano de ação que fosse capaz de enquadrar a educação além daquilo que se mostra singular, devendo ser abrangido em todo o sistema de ensino, a plenitude de cada ser humano. Após esse evento, também foi realizada a Conferências, em prol Direitos da Criança no século XXI, também em Salamanca, onde foi escolhido o ano de 1996, como o Ano Internacional contra a Exclusão (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Outrossim, também tiveram diversos documentos que influenciaram o Brasil à adequar-se e inserir em seu ordenamento jurídico políticas de acessibilidade. Como exemplos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, a Declaração Mundial sobre Educação para todos, redigida em 1990 na Tailândia e a Convenção da Guatemala, que aconteceu em 1999.

Decerto, a Educação Especial no Brasil, passou a ter uma maior atenção, sendo importante entender a sua definição.

Modalidade de ensino que se caracteriza por um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentem necessidades educacionais muito diferentes da maioria das crianças e jovens. Tais educandos, também denominados de "excepcionais", são justamente aqueles que hoje têm sido chamados de "alunos com necessidades educacionais especiais". Entende-se que tais necessidades especiais decorrem da defrontação das condições individuais do aluno com as condições gerais da educação formal que lhe é oferecida (MAZZOTA, 2005, p. 11).

É importante ressaltar que antes de o Brasil caminhar rumo à implantação de um sistema inclusivo, o país passou por diversas fases, sendo elas a exclusão, a fase da segregação institucional; a integração e a fase da inclusão.

A fase de exclusão aconteceu da antiguidade até o século XIX e pode ser caracterizada como um momento de extrema ausência de uma atenção especial às pessoas que possuem necessidades especiais. As crianças com alguma deficiência eram ignoradas, não possuindo um sistema educacional capaz de garantir um pleno desenvolvimento desses cidadãos (SASSAKI, 2006).

Ademais, houve a fase de Segregação Institucional, em que os indivíduos com necessidades especiais eram tratados como doentes, sendo afastadas do convívio familiar e recebendo atendimentos em igrejas ou associações filantrópicas. Os cidadãos não possuíam meios de desenvolver junto às outras pessoas que não tinham deficiências, sendo colocados à margem da sociedade.

O país também passou pela fase da Integração, em que as pessoas especiais eram matriculadas em escolas regulares, mas em classes reservadas só para deficientes, não tendo contato direto com os outros alunos da escola e não conseguindo desenvolver junto aos demais. Assim, caso os pais quisessem que suas crianças, com necessidades especiais, passassem para as turmas junto aos demais estudantes, eles deveriam realizar testes de inteligência, demonstrando mais um exemplo de preconceito e exclusão (MAZZOTA, 2005).

No entanto, após muito estudo, constatou-se que a sociedade estava tratando as pessoas especiais de maneira equivocada, vez que os hábitos sociais deveriam alterar-se em prol dos deficientes, pois suas capacidades são enormes, só precisam ser exploradas, por meio de atividades lúdicas e interativas. Destarte, inicia-se a fase de inclusão, em que todas as pessoas com necessidades especiais são inseridas em classes comuns, mas com adaptações, de acordo com as necessidades e peculiaridades de cada criança ou adolescente (SANTOS, 2012).

Nessa esteira, nota-se que para consolidar a educação inclusiva na sociedade brasileira, é necessário vencer inúmeros desafios, inclusive no que tange o trabalho conjunto dos entes federativos. Mediante o exposto atenta-se para os diversos impedimentos à implantação de um sistema educacional realmente inclusivo, vez que ao referir-se a necessidades especiais é mister que existem deficiências diversas, sejam elas de natureza física, sensorial, intelectual ou visual, por exemplo (ANTONOVICZ, 2020, p. 35).

Em 2004, o MEC implantou no Brasil, um Programa de educação inclusiva, que fornece o direito à pluralidade. Junto a esse projeto, foi regulamentado o decreto nº 5.2996/04 e as leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, acrescentado nestes

regulamentos, artigos específicos para a implementação de uma maior acessibilidade nos espaços públicos brasileiros (BRASIL, 2004).

A incorporação desse projeto, promoveu a formação aos educadores e gestores da educação e estipulou a necessidade de realizar obras para transformar as instituições de ensino, em lugares acessíveis e acolhedores às pessoas portadoras de deficiências (GARCIA, 2013).

Tendo em vista que a fase de implantação de um novo projeto, inclui a criação de diversas legislações e um planejamento árduo, a temática da educação inclusiva não é diferente. Dessa forma, em 2008 surgiu a normatização da Política Nacional da Educação Inclusiva, com a implementação de muitos avanços, sobretudo, no acesso às pessoas com necessidades especiais no Ensino Superior brasileiro (BRASIL, 2008).

No ano de 2008, também foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), órgão superior encarregado de supervisionar o desenvolvimento das ações relacionadas à promoção de um sistema educacional inclusivo no Brasil (RIBEIRO, 2021).

O Estatuto da Pessoa com deficiência foi instituída na sociedade brasileira em 2015, sendo um grande aliado na incorporação dos direitos dos cidadãos com necessidades especiais. A premissa fundamental desta legislação é demonstrar que as diferentes deficiências não tornam nenhum indivíduo inválido, o necessário é implantar uma formação educacional eficaz, que seja capaz de preparar todas as pessoas para que consigam ter condições de adentrar no mercado de trabalho e expressar o seu melhor para a sociedade (BRASIL, 2015).

A educação inclusiva é um avanço social que vem para trazer independência para as pessoas especiais. O objetivo é demonstrar que o assistencialismo não é suficiente para ressaltar as especialidades de cada cidadão. O necessário é mudar os olhares diante dos deficientes e entender que cada um tem uma contribuição para a sociedade, na medida da sua possibilidade.

A partir disso, o estado brasileiro entendeu que é mais efetivo implantar políticas públicas no âmbito educacional, para conseguir extrair o melhor de cada cidadão e fazer com que eles consigam contribuir no futuro para um país melhor. Com isso, a educação inclusiva mostra-se como uma solução eficaz, pois viver é muito mais do que apenas sobreviver.

A vida traz para cada indivíduo, processos a serem vencidos e quando a pessoa tem incentivo e condições básicas para o seu desenvolvimento, ela consegue superar seus limites pessoais e contribuir para as melhorias da nação.

Cumprido salientar que além da implantação de políticas públicas e das iniciativas estatais, a família também é fundamental para o processo de desenvolvimento das pessoas especiais. Nesse sentido, é importante visualizar o artigo 4º da Lei Berenice Piana, que estabelece normas para a proteção dos cidadãos autistas, trazendo muitos avanços para a inclusão social: “Art. 4º. A pessoa com transtorno do espectro autista não será submetida a tratamento desumano ou degradante, não será privada de sua liberdade ou do convívio familiar nem sofrerá discriminação por motivo da deficiência” (BRASIL, 2012).

A interação entre a família e as instituições educacionais é de suma importância. É dentro dos lares que é, na maioria das vezes, é possível identificar as necessidades de cada criança ou adolescentes. Somente, a partir da união da família, com os professores e com as escolas, que é possível dar atenção às particularidades de cada indivíduo, conseguindo de fato implementar ações eficazes a cada pessoa, de acordo com as suas necessidades.

3.2 O papel da escola, do professor e da família, no processo de inclusão

É imperioso salientar que a família é a primeira base que um ser humano tem, após o seu nascimento. Destarte, os indivíduos responsáveis pelo cuidado dos infantes devem sempre zelar pelos melhores cuidados às crianças e adolescentes. Nesse ínterim, é de suma importância destacar que é dentro de suas casas que os cidadãos adquirem seus primeiros conhecimentos.

A família é uma inspiração para os infantes, pois os exemplos ensinados no lar, guiarão as crianças no seu convívio social. E é por isso, que os responsáveis pelos infantes devem estar sempre em sintonia com os professores e com as instituições de ensino.

Santos (1999) ressalta o valor do compromisso mútuo entre as escolas e as famílias.

No que cabe às relações entre família e escola, torna-se imperativo assumir um compromisso com a reciprocidade. De um lado, a família, com sua vivência e sabedoria prática a respeito de seus filhos. De outro, a escola com sua convivência e sabedoria não menos prática a respeito de seus alunos. É preciso entender que esses mesmos alunos são também os filhos, e que os filhos são (ou serão) os alunos. Dito de outra forma: cabe às duas instituições mais básicas das sociedades letradas o movimento de aproximação num plano mais horizontal, de distribuição mais igualitária de responsabilidades. (SANTOS, 1999, p. 5).

Quando todas as bases de apoio de um indivíduo estão em consonância, o desenvolvimento desse cidadão ocorre de forma mais digna e efetiva, pois o indivíduo consegue sentir-se acolhido, tendo suas necessidades atendidas harmonicamente. A educação inclusiva tem como foco, incluir não só a criança na escola, mas oferecer meios para que esse infante se mantenha em todas as fases de ensino, com a participação dos seus responsáveis no processo de aprendizagem (OLIVEIRA, 2015).

A participação mútua da família junto às escolas deve ocorrer em todos os tipos de instituições, tanto nas privadas, quanto nas públicas. Muitos pais têm a visão de que ao colocarem seus filhos para estudarem, não necessitam acompanhar o desenvolvimento dos infantes. Logo, alguns adultos acham que a escola deve ser a única colaborada no viés educacional, mas essa visão é deturbada e deve ser enfrentada, pois, o próprio texto constitucional, no art. 205, coloca o dever da família em colaborar com o processo de aprendizagem (BRASIL, 1988).

A partir do momento que os pais ou responsáveis tornam agentes no processo de inclusão dos seus filhos especiais, ocorre um desenvolvimento familiar grande. Data vênia, é papel dos educadores colaborar com a família, acompanhando as crianças, mostrando sua evolução escolar, reportando aos responsáveis sobre as necessidades do infante, para que a família consiga implementar atividades necessárias à rotina do menor, de acordo com o que é abordado pelos profissionais que cuidam da criança na instituição de ensino.

O contato da família com os coordenadores e com a Secretaria de Educação da cidade também é crucial, pois como a criança é um ser em desenvolvimento, ela não tem o dever de lutar pelos seus direitos. Assim, é função dos pais, zelar pelo cumprimento das obrigações estatais, garantindo que seus entes tenham condições de desfrutar de uma educação digna, nos moldes propostos nas legislações pertinentes (HAAS *et al.*, 2016).

Cabe ressaltar que cada indivíduo tem uma assimilação da realidade e que o conteúdo da grade escolar não é compreendido por todos da mesma forma. O correto não é ignorar essa realidade e tentar tratar todas as crianças como se fossem iguais, cada um tem o seu jeito. Desse modo, é com amor, persistência e muita comunhão entre a família e a escola que é possível vencer os desafios rumo à felicidade e independência da criança (SANTOS,2012).

A família além de preservar uma boa relação com a escola, tem que agir de forma a procurar que as crianças especiais também desenvolvam em casa, a partir do uso de ações lúdicas, como a atividade física adaptada aos infantes que possuam condições de realizá-la. Ademais, é necessário compreender as necessidades de cada um e realizar movimentos psicomotores e um acompanhamento médico para observar a saúde e o desenvolvimento do cidadão, pois uma criança saudável consegue ter maiores condições de evoluir no âmbito escolar.

Seguramente, tanto o seio familiar, quanto os educadores e a instituição escolar devem manter uma comunicação forte, entendendo que em cada desafio, há uma intervenção correta a ser realizada com a criança. Só com a colaboração de todos os participantes da vida do infante, que os avanços serão notados e as pessoas que possuem necessidades especiais conseguirão alcançar a sua independência e adentrar no mercado de trabalho.

No caso das crianças autistas, a família tem o dever de exigir das escolas, que cumpram a lei e estabeleçam metodologias lúdicas, profissionalização dos educadores e consigam realizar uma inclusão de forma que os alunos considerados normais interajam com respeito e igualdade para com os autistas, quebrando barreiras e tornando-os cidadãos conscientes e sem preconceitos no futuro.

Nesse sentido, além de exigir o cumprimento da lei pelas instituições de ensino, os pais devem acompanhar seus filhos autistas durante todo o processo de aprendizagem, conversando diariamente com os educadores, vendo em quais aspectos a criança desenvolveu e o que pode ser feito para que o autista consiga melhorar o seu aprendizado e a socialização com os demais colegas de classe (NASCIMENTO, 2017).

É muito importante a interação entre a família, a escolas e os educadores, mas no caso do autista, a necessidade de uma relação saudável é ainda maior pois se toda a rede de apoio deste aluno estiver em sintonia, será mais fácil de identificar os aspectos que contribuem para o desenvolvimento dessa criança.

Com todas as pessoas entendendo as preferências e as áreas de maior *déficit* do infante, as ações a serem tomadas serão mais certas e se realizadas em conjunto, apresentarão uma chance muito maior de êxito, contribuindo para a melhora na qualidade de vida do autista, fazendo com que ele consiga no futuro ser um cidadão independente e esteja inserido no mercado de trabalho.

4 AS LEIS DE INCLUSÃO EDUCACIONAL PARA PESSOAS AUTISTAS NO BRASIL

O objetivo desse trabalho é entender no âmbito educacional, as políticas públicas aplicadas para as pessoas portadoras do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Posto isso, é necessário visualizar se as legislações formuladas em prol de uma educação inclusiva estão sendo cumpridas, principalmente na rede privada de ensino.

Em face ao exposto, a cada ano está mais frequente a presença de crianças com TEA no ambiente escolar. Diante disso, é preciso que a prática pedagógica seja repensada e que o papel da escola seja reformulado, acolhendo a todos sem discriminação. É crucial entender as pessoas que possuem o Transtorno do Espectro Autista precisam de meios propícios no ambiente escolar, para que atinjam a sua plena potencialidade, devendo ser incluídas de fato nas instituições de ensino, sendo inadmissível a segregação desses infantes (HAAS *et al.*, 2016).

A par disso, é notório observar que perante a lei, tanto no texto constitucional quanto nas legislações voltadas à educação inclusiva, nota-se a obrigatoriedade das escolas em estarem qualificadas para receberem alunos autistas. Essa preparação das instituições deve abordar diversos aspectos importantes, tanto na parte física da escola, quanto estrutural e pedagógica (PADILHA, 2013).

Um futuro onde as crianças autistas consigam estar incluídas no mercado de trabalho e mostrem que são capazes de realizar as atividades cotidianas como qualquer outro cidadão, começa com um tempo presente, em que as leis são efetivadas no âmbito educacional do ensino básico. Uma escola com uma estrutura e com professores preparados para atender os portadores do TEA, é fundamental para que ocorra uma mudança nas perspectivas e oportunidades das crianças autistas.

Os argumentos expostos são cruciais para a análise das leis voltadas à inclusão das pessoas autistas. Deve-se lutar para que esses ordenamentos jurídicos sejam efetivados no contexto concreto. Diante disso, é necessário entender o que é o Transtorno do Espectro Autista e quais são os principais obstáculos enfrentados pelas crianças que possuem essa necessidade especial.

4.1 O transtorno do espectro autista (TEA)

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) foi estudado pela primeira vez em 1911 por Eugen Bleuler, um psiquiatra Suíço. O autismo era encarado como uma esquizofrenia e os indivíduos que possuíam esse transtorno neuromotor eram tratados como doentes, não sendo compreendidos da maneira correta. Em 1943, o psiquiatra Leo Kanner também mostrou interesse pelo autismo, vez que realizou um estudo de caso com crianças que possuíam o transtorno. Sua obra foi denominada, “Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo” (SCHMIDT, 2017).

Ademais, no ano de 1944, Hans Asperger, pediatra alemão, criou o artigo “A psicopatia autista na infância”, o qual só teve reconhecimento em 1980, após o período de guerras. O objetivo de Asperger era demonstrar o comportamento de crianças autistas, destacando a dificuldade comunicativa e a divergência comportamental entre as pessoas portadoras de TEA e os demais indivíduos.

Por outro lado, o autor também abordava sobre as grandes habilidades dos autistas, principalmente quanto à capacidade de conseguir pensar profundamente sobre um tema e detalha-lo excepcionalmente, além de possuírem um foco intenso. Destarte, devido aos avanços deste autor perante o assunto, existe uma condição, semelhante ao autismo, mas em grau leve que é conhecido como Síndrome de Asperger (CUNHA, 2015).

A Associação Americana de Psiquiatria (APA) lançou em 1952, um Manual Diagnóstico e Estatístico sobre Doenças Mentais (DSM-1). O intuito do material foi o de colaborar para o estudo e para o diagnóstico dos transtornos mentais já conhecidos na época. Entretanto, o autismo era abordado, mas não era explorado

da forma que deveria, sendo classificado ainda dentro da esquizofrenia infantil (APA, 2013).

Ao longo das descobertas sobre o Transtorno do Espectro Autista, diversas pessoas fizeram parte desses estudos. Como Temple Grandin, que em 1965 criou a “máquina do abraço” para acalmar crianças autistas. Ele palestrava em diversos países, ressaltando a importância de ajudar os portadores de TEA a ressaltarem suas habilidades (CUNHA, 2015).

O psiquiatra Michael Rutter, em 1978, desenvolveu uma pesquisa, em que conseguiu propor uma definição do TEA baseado em quatro critérios. O médico analisou diversos infantes que possuíam traços do autismo e constatou as seguintes teses: os autistas podem apresentar desvios sociais e problemas de comunicação, mas não necessariamente possuem de fato uma deficiência intelectual. Foi constatado também a presença de comportamentos estereotipados e repetitivos, além do fato que grande parte dos portadores dessa condição, iniciam os sintomas antes dos 3 anos de idade (SANTOS et al, 2017).

Em 1980, os estudos sobre o autismo aumentaram e os especialistas no assunto começam a perceber que o TEA pode ser manifestado em diversos graus. Em 2007, a ONU criou o Dia Mundial da Conscientização do Autismo, com o objetivo de fazer com que os cidadãos entendam a importância de conhecer e tratar do Transtorno do Espectro Autista. No Brasil, essa data começou a fazer parte do calendário em 2018.

Com grandes avanços mundiais sobre o autismo, em 2012, em território brasileiro foi sancionada a Lei Berenice Piana, Legislação nº 12.764/12, instituindo a Política Nacional de Proteção dos Direitos da pessoa com TEA. Essa lei foi o marco da nação, em prol da garantia de direitos e proteções aos cidadãos autistas. Em 2015, criou-se o Estatuto de Inclusão da Pessoa com deficiência, para deixar ainda mais eficaz os mecanismos de proteção dos indivíduos com necessidades especiais, aumentando o leque de direitos dos autistas, vez que regulamentou aspectos como a acessibilidade e o combate à discriminação.

No ano de 2020, foi instituída a Lei Romeo Mion, criando uma carteira de Identificação da pessoa autista, a qual é emitida gratuitamente e tem como objetivo identificar os cidadãos com TEA e facilitar o acesso a direitos previstos a eles (DONVAN, 2017).

Mediante o exposto, é mister entender o que é de fato o Transtorno do Espectro Autista, sendo classificado, segundo a APA (2013), como uma condição neurológica, manifestado desde a infância. A nomenclatura Transtorno do Espectro Autista demonstra que não existe apenas uma forma do TEA manifestar, vez que abrange diversos níveis e variações.

Uma criança pode ter o autismo, e possuir características diferentes do que em outros infantes, ou seja, é necessário que as crianças sejam avaliadas por um médico especialista, para que consiga estabelecer um diagnóstico específico. O autismo manifesta-se principalmente em crianças do sexo masculino.

O autismo é uma síndrome comportamental que engloba comprometimento nas áreas relacionadas à comunicação, quer seja verbal ou não verbal, na interessoalidade, em ações simbólicas, no comportamento geral e no distúrbio do desenvolvimento neuropsicológico. (ORRÚ, 2011, p.30).

A identificação do autismo ocorre, geralmente, no âmbito familiar, quando os responsáveis vão percebendo que seus entes vêm apresentando comportamentos divergentes das demais crianças. Porém, a identificação do autismo, por vezes,

passa despercebido, pois o TEA não manifesta tão fortemente por traços físicos, igual a síndrome de Down e nem é constatado por exames laboratoriais, iguais inúmeras doenças (ORRÚ, 2011, p. 28).

Para constatar o Transtorno do Espectro Autista, é necessário que seja observado diversas alterações, como o atraso na fala da criança, a dificuldade de interação com os demais indivíduos. Além disso, os autistas costumam ter a necessidade em estabelecer uma rotina e estressam facilmente quando ocorre qualquer mudança no seu cotidiano. Os infantes que possuem TEA costumam ser apaixonados por estímulos, como luzes e texturas (SANTOS et al, 2017).

Data vênia, como existem diferentes graus do autismo, a manifestação é peculiar em cada criança, pois têm aqueles indivíduos que ficam mais agressivos e têm uma dificuldade maior de interação, enquanto outras crianças são mais calmas e manifestam sintomas mais brandos. Não há uma só causa para o Transtorno do Espectro Autista, a etiologia ainda é desconhecida pela sociedade. Porém, estudos científicos apontam que a origem pode estar aliada a fatores genéticos e ambientais (CUNHA, 2015).

O foco deste trabalho não é especificar as causas ou tipos de autismo, mas sim ressaltar que todas as crianças que possuem essa condição têm o direito à um diagnóstico eficaz. O autismo não tem cura, contudo ele tem solução e todos os autistas devem ser tratados de forma digna, sobretudo no âmbito educacional. É necessária a aplicação de estímulos para que eles consigam, a partir de sua compreensão sobre o mundo, absorver o conhecimento de forma lúdica e de acordo com as peculiaridades de cada um.

Os filmes e séries abordam assuntos atuais e necessários para a sociedade. Nesse viés, na série coreana, “Uma advogada Extraordinária”, exibida em 2022, a personagem “Woo” apresenta Transtorno Autista e é isso que a torna tão especial. A protagonista tem um jeito próprio de se relacionar com as pessoas, mas essa maneira é o que a torna única e capaz de trazer respostas que ninguém consegue, conforme observa-se no trecho abaixo, que detalha um pouco sobre a abordagem do seriado.

No primeiro episódio conhecemos a Woo ainda criança e entendemos quem ela é. Depois, cada episódio é dedicado a um caso jurídico em que a jovem advogada, que trabalha num elegante escritório da Coreia do Sul, precisa atuar. Como sua percepção é diferente daquela dos outros advogados, Woo tem a possibilidade de sugerir caminhos na defesa dos clientes e na resolução dos casos. Além de ser um encanto, a personagem, passa por várias situações desconfortáveis e constrangedoras, que ilustram com cuidado e respeito os enormes desafios por que passa uma pessoa autista. A dificuldade de se expressar e de fazer contato visual, a sensível audição e a sensação de inadequação geram crises, estresse e muita frustração. Woo mostra isso com doçura, sinalizando que seu mundo funciona de outra forma e que as baleias são seu porto seguro. Sim, a cada ideia brilhante que esta advogada tem, sua paixão pelas baleias ilumina sua mente e traz lucidez para um caso em andamento. (VIDIGAL, 2022, p. 2).

Com efeito, observa-se que a narrativa retratada na Série, “Uma advogada extraordinária” é uma lição para toda a sociedade. O seriado não é brasileiro, demonstrando que o desafio da inclusão acontece a nível mundial. A protagonista sofre preconceitos em diversos momentos. Todavia, ela e o seu pai vão contornando todos os desafios e mostram para as pessoas que o que faz um autista especial é a sua capacidade de pensar diferente de qualquer outra pessoa.

Ninguém queria oferecer oportunidades de trabalho à “Woo”, mas quando ela consegue ser contratada por um grande escritório, os outros advogados percebem o tanto que ela é inteligente e pensa “fora da caixa”, ou seja, ela consegue trazer soluções para casos considerados pelas pessoas comuns como “causas jurídicas perdidas”.

O objetivo da educação inclusiva brasileira é auxiliar às famílias, para que elas consigam vencer cada desafio que aparece no caminho, a fim de conseguirem visualizar o lado “Woo” dos seus filhos autistas. Os indivíduos com TEA possuem grandes capacidades e conseguem desenvolver habilidades imensuráveis, mas por se comportarem de uma maneira peculiar, os outros cidadãos não visualizam o potencial de um autista. Assim, se o indivíduo com TEA tiver oportunidades e direitos resguardados, ele conseguirá contribuir de forma grandiosa para o desenvolvimento da nação, pois a inteligência que possuem é tão imensa que chega a ser inexplicável.

4.2 A proteção ao sujeito autista no Brasil - Lei Berenice Piana

A Lei Berenice Piana, também conhecida como Lei 12.764/12 foi instaurada no Brasil, com o foco em dar visibilidade ao direito à educação das crianças autistas, reiterando a necessidade de respeitar as garantias constitucionais desses infantes. Nesta linha de raciocínio, é fundamental reiterar quem são os sujeitos de direitos protegidos por essa legislação.

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. (BRASIL, 2012).

Nesse diapasão, a Lei Berenice Piana, teve seu nome inspirado em uma mãe guerreira, que lutou muito em prol dos direitos do seu filho caçula, diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista. Essa legislação demonstra, a partir dessa figura maternal, o reflexo da realidade de tantas outras mães brasileiras que enfrentam inúmeros desafios diariamente, em prol do desenvolvimento e garantia de direitos dos seus filhos autistas (SCHMITH, 2017).

À vista do exposto, é crucial mencionar que a Lei nº12.764/12 estabelece diretrizes para a proteção nacional das pessoas autistas, como maneira de desenvolver em conjunto com a comunidade, políticas públicas para o atendimento especializado desses cidadãos. Assim, os indivíduos com TEA devem ter satisfeitos todas as suas necessidades, tendo um diagnóstico detalhado, um atendimento multiprofissional e acesso a medicamentos, nutrientes e todos os meios necessários para seu desenvolvimento (BRASIL, 2012).

O artigo 3º também demonstra um marco importante para a vida dos cidadãos autistas, pois assegura a estes o direito a ter uma carteira de identificação gratuita, com o objetivo de serem identificados facilmente e garantirem de forma célere, um atendimento em diversos setores, tais como nas áreas da saúde, educação e assistência social. Este artigo foi acrescentado à Lei Berenice Piana, a partir da Legislação Romeu Mion (Lei nº 13.977), instituída ao ordenamento em 2020, a fim de facilitar o acesso a serviços e garantir a prioridade dos portadores de autismo aos serviços públicos e privados (BRASIL, 2020).

Outrossim, a Lei nº 12.764/12 estabeleceu o estímulo ao estudo do Transtorno do Espectro Autistas, a fim de avançar nas medidas de apoio a essas pessoas. Do mesmo modo, firmou o compromisso em capacitar as famílias e os profissionais especializados no atendimento de pessoas com TEA. Contudo, mesmo após 10 anos da publicação dessa Lei, observa-se que essa missão está longe de ser concretizada, sobretudo, no meio educacional, vez que os educadores, em grande maioria, não estão preparados para lidar com crianças autistas.

É notório observar que essa lei é uma conquista muito grande, rumo a uma educação, de fato, inclusiva no Brasil. No entanto, ela determina, no art. 2º, V, a inserção das pessoas autistas no mercado de trabalho. Porém, ainda não conseguiu concretizar nem a parte de inserir as crianças em escolas preparadas para lidar com o seu transtorno de forma eficaz, o que traz muitas incertezas aos responsáveis pelos cuidados de uma criança autista (BRASIL, 2012).

O que deve haver é a luta pelos direitos das crianças com TEA, em prol da concretização das previsões legais em todos os locais que elas frequentarem, pois cada violação de direito pode custar o futuro dos cidadãos com autismo.

Nesse viés, a lei Berenice Piana trouxe em seu art. 2º, parágrafo único, uma garantia fundamental para o desenvolvimento dos infantes com autismo. Em face ao exposto, o artigo prevê que é obrigatório que as escolas públicas ou privadas forneçam, sem custos aos responsáveis, um acompanhante especializado para acompanhar o cidadão autista que apresente dificuldade em captar o conteúdo das aulas. O intuito é garantir que esses indivíduos consigam ter um auxílio no processo educacional, para que adquiram um conhecimento de qualidade, de acordo com suas limitações (BRASIL, 2012).

São diversas as contribuições dessa legislação para o Brasil. Porém, a dificuldade de sua implantação, de forma eficaz, faz parte do cotidiano das famílias de crianças autistas. Desse modo, é necessário entender quais são os principais obstáculos enfrentados pelos autistas diariamente, sobretudo aqueles que frequentam as Instituições privadas, pois são o foco de estudo deste trabalho.

4.3 Problemas na inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista no âmbito da educação privada

O diagnóstico de uma criança autista não é algo simples. Os pais enfrentam inúmeros desafios até conseguirem constatar que seus filhos Transtorno do Espectro Autista. Após a análise médica do infante, eles continuam deparando com muitas barreiras, vez que a sociedade tem muito preconceito com as pessoas especiais. Nesse sentido, o importante é garantir às pessoas especiais, uma educação eficaz. No entanto, a educação inclusiva também se mostra como um processo lento e repleto de dificuldades (OLIVEIRA, 2015).

Uma característica do TEA é dificuldade em interagir com as pessoas. Nessa toada, se não trabalhado com estratégias certas, a criança pode vir a ter grandes

problemas no futuro. Nesse viés, é importante que aja uma atuação da família e das escolas, de forma conjunta, para conseguir aplicar técnicas educativas fundamentais, a fim de alcançar uma socialização saudável aos autistas.

Os professores brasileiros deveriam, conforme a Lei Berenice Piana, já estarem preparados para receberem em sala de aula alunos autistas e suas individualidades, vez que o espectro autista manifesta de diversas maneiras e em graus diferentes. Desse modo, o tratamento diário com o aluno deve ocorrer de acordo com a sua particularidade (ORRÚ, 2011).

Com a educação inclusiva, o objetivo é fazer com que os alunos com TEA integrem a mesma sala das crianças consideradas normais, para que a partir de um convívio social amplo, os autistas consigam desenvolver, pois estarão interagindo com todas as pessoas e não apenas com indivíduos que possuem necessidades especiais.

A importância dessa diversidade é contribuir para que o autista consiga ter uma carreira e um papel social, sendo tratado como qualquer outro indivíduo, vencendo o método educacional, baseado em uma segregação, onde os deficientes só conviviam nas salas de aulas, com indivíduos que também tinham deficiência (SCHMIDT, 2017).

É fundamental para toda a sociedade a aplicação da educação inclusiva nos moldes legais, vez que é importante para os alunos considerados normais o contato direto com os autistas, pois assim eles entenderão que as pessoas com TEA, possuem algumas diferenças, mas são extraordinárias e merecem respeito. Assim, as crianças serão no futuro cidadãos inclusivos, que conseguem entender as necessidades de cada um e que sejam respeitosos, diminuindo assim a segregação e o preconceito no Brasil (SOUSA *et al.*, 2015).

Nesse cenário, é mister entender que o intuito é fazer com que as crianças com TEA socializem com as demais, mas também é necessário que seja construído nas escolas um espaço físico preparado para os alunos autistas. Há a necessidade de criar uma sala colorida, com recursos musicais e um espaço confortável, para ser utilizada por todos os infantes e funcionar como uma espécie de refúgio para as crianças autistas, nos momentos em que elas estiverem mais tristes, estressadas ou manifestarem dificuldades ainda maiores de interagir com o próximo.

A formação de professores é o primeiro passo para o desenvolvimento das crianças autistas. O mundo passa por muitas transformações, fazendo com que os educadores tenham que se adaptar às regras e é compreensível a dificuldade do professor em conseguir adequar à nova realidade, pois são diversas leis, cada uma com diferente exigência. Um novo padrão surge na sociedade, o que é inovador. Porém, causa medo e ansiedade (SCHMIDT, 2017).

É dever das escolas públicas e privadas oferecer cursos preparatórios para os educadores, a fim de que eles saibam lidar com segurança de cada particularidade dos autistas, conforme o art. 2º, VII da Lei 12.764/12. As escolas particulares, por terem verbas diretas das mensalidades deveriam ser as primeiras a adequar-se à lei. Entretanto, são as últimas, pois não é lucrativo para as instituições ter alunos autistas frequentando as aulas, pois além de necessitar da formação dos professores, é dever das escolas contratar um assistente preparado, para ficar ao lado da criança com TEA durante as aulas (BRASIL, 2012).

O educador tem o dever de ensinar para uma turma com dezenas de alunos. Nesse interím, é muito difícil conseguir explorar as habilidades de todos os indivíduos, pois cada um tem uma maneira de aprender. Ademais, a cada dia as

peças passam por momentos difíceis, o que pode acarretar na alteração do humor e consequente dificuldade de aprendizado.

Diante disso, para que os alunos autistas consigam ter uma atenção plena para o seu desenvolvimento, a Lei Berenice Piana trouxe a obrigatoriedade do fornecimento de um acompanhante especializado para cada aluno autista, conforme já foi abordado no capítulo anterior (BRASIL, 2012).

Assim, quando a lei menciona acompanhante especializado presume-se que este assistente tenha passado por um curso para saber lidar com crianças autistas, conseguindo explorar cada particularidade do infante. Com uma pessoa integralmente ao lado do indivíduo com TEA, ele conseguirá concentrar melhor, pois esse assistente, aos poucos, entenderá as principais dificuldades desse aluno autista, ajudando-o a vencer os desafios cotidianos.

A presença de um acompanhante especializado, não dispensa a necessidade de formar os professores, mas com os educadores instruídos e ainda a presença desse assistente, a sala de aula transforma-se em um espaço acolhedor para o autista. Com isso, torna-se uma base forte para a família, vez que os responsáveis podem ficar mais tranquilos, pois os seus infantes estarão de fato desenvolvendo e não apenas frequentando a escola para “passar” de ano (SOUSA *et al.*, 2017).

Os benefícios da introdução de um acompanhante para cada aluno autista, obedecendo o que dispõe o art. 2º, parágrafo único da Lei Berenice Piana é um grande passo para a efetivação da educação inclusiva no Brasil. No entanto, muitas escolas privadas interpretam a lei da forma que as convém e não contratam o acompanhante, colocando este encargo para a família, caso elas queiram que o seu filho tenha esse recurso.

A busca pelo lucro faz com que algumas instituições privadas não implementem os mecanismos para a educação inclusiva em seus colégios, pois financeiramente não é compensatório para a escola instituir tais medidas. Contudo, ao firmar um compromisso constitucional de oferecer educação à sociedade, as instituições privadas devem seguir a lei e têm o dever legal de aplicarem o que está disposto nas legislações, vez que o compromisso com a educação não pode ocorrer só no momento que for financeiramente compensatório à escola.

A Secretaria de Educação, O Ministério Público e os demais órgãos fiscalizatórios, devem agir de forma severa, para garantir que as escolas privadas cumpram com os seus deveres, como instituição de educação. Assim, uma política inclusiva não deve acontecer apenas na rede pública, mas a escola privada também tem que ser uma aliada à educação inclusiva (NASCIMENTO, 2017).

No passado os autistas eram confundidos com as pessoas com esquizofrenia. Aos poucos foram ganhando direitos perante à lei, graças às lutas das famílias. Entretanto, ao invés de poderem ficar mais tranquilos, com a certeza de que seus filhos autistas terão acesso à uma educação inclusiva, os responsáveis continuam tendo que agir diante das irregularidades diversas, vez que as escolas privadas têm resistência em cumprir a lei (SCHMIDT, 2017).

O caminho para a efetivação de direitos ainda é longo. É importante comemorar cada avanço, mas os órgãos de proteção às crianças e adolescentes precisam ser aliados ainda mais fortes das famílias de pessoas com TEA, pois apenas exigindo de forma severa e com uma fiscalização criteriosa que as escolas particulares adotarem uma educação inclusiva em seus currículos.

Enquanto a fiscalização não for eficaz, algumas escolas particulares continuarão interpretando a lei da forma que convém a elas e não disponibilizarão recursos para profissionalizar os educadores para estarem preparados para lidar

com alunos autistas, nem vão melhorar os seus espaços físicos, tornando-os atrativos aos autistas e também não arcarão com os custos de um acompanhante especializado para cada aluno com TEA (NASCIMENTO, 2017).

Nota-se que não adianta os entes públicos aplicarem nas escolas municipais e estaduais as regras de proteção aos autistas, se não estimularem as redes particulares também a cumprirem com as suas obrigações. Todas as instituições que têm o compromisso educacional devem contribuir para os pilares da inclusão das pessoas autistas, pois esse dever é importante para o futuro do Brasil, vez que autistas saudáveis e com suas habilidades desenvolvidas transformam-se em cidadãos excepcionais.

4.4 Análise de caso e desafios em prol da inclusão de portadores de TEA na rede de ensino privado da cidade de Ipatinga

Diante de todas as garantias constitucionais abordadas por este trabalho. Nota-se que os desafios em prol de uma educação inclusiva, conforme preceitua as legislações brasileiras, são muitos. Nesse sentido, como forma de demonstrar, na prática, as dificuldades enfrentadas pelas famílias de crianças com Transtorno do Espectro Autista, será abordado uma situação que aconteceu com a autora deste trabalho de conclusão de curso, ao matricular o seu filho autista em uma escola da rede privada da cidade de Ipatinga, Minas Gerais.

A autora sempre incluiu o seu filho em diversas atividades importantes para o desempenho do infante, utilizando de objetos lúdicos e de uma metodologia que ajudasse no seu desenvolvimento. Contudo, mesmo utilizando de inúmeros recursos, ela sempre teve dificuldade em conseguir que as capacidades cognitivas do seu filho fossem exploradas de fato nas escolas privadas, as quais ele havia estudado anteriormente.

Salienta-se que como uma mãe que luta pelos direitos do filho, a autora sempre foi presente no acompanhamento escolar do infante. No entanto, percebia os obstáculos dos professores em ensinar as crianças com necessidades especiais, por vezes notava que os educadores não sabiam de fato lidar com crianças com deficiências. Isso demonstra que a capacitação dos professores não ocorre da forma que deveria, o que atrapalha o futuro das crianças autistas.

Ademais, uma das características marcantes das pessoas com TEA, é a necessidade de cumprir uma rotina minuciosa todos os dias. Porém, com a correria do cotidiano e o grande número de tarefas designadas ao professor, ele não consegue dar a atenção devida aos autistas e em muitas situações, acaba por apressar a criança ou realizar alguma ação que foge da habitualidade, desencadeando um estresse muito grande no sistema cognitivo do infante, fazendo com que ele não consiga realizar mais nenhuma atividade, podendo até desencadear surtos de estresse.

São por todos esses motivos que no art. 2º, parágrafo único da Lei Berenice Piana é inserida a obrigatoriedade de todas as escolas, incluindo as instituições da rede privada, em disponibilizar um acompanhante especializado para auxiliarem a criança que possui Transtorno do Espectro Autista e tem dificuldade em acompanhar o restante da turma.

No caso em tela, uma das escolas frequentadas pelo filho da autora negou a disponibilização do acompanhante. Por anos, a autora teve que custear os serviços do monitor, pois com a presença dele, o seu filho conseguia desenvolver e estava

apresentado resultados bons na escola. Contudo, a mãe não conseguiu custear mais o serviço e o rendimento escolar do infante diminuiriam bastante.

Tendo em vista, a obrigatoriedade prevista em lei, a mãe conversou muito na instituição, pedindo para que a escola arcasse com o acompanhante especializado. A autora até apresentou uma notificação extrajudicial à escola, mas a instituição eximiu a todo custo de suas obrigações, dizendo que nunca negou o direito ao discente, vez que sempre deixou o acompanhante pago pela mãe, adentrar na escola e ficar ao lado do infante. A escola ressaltou também que tem um assistente de apoio escolar que acompanha os alunos fora da classe e ajuda na locomoção e higiene de pessoas com necessidades especiais.

No entanto, os argumentos do colégio são infundados e nenhum dos serviços ofertados pela escola para o aluno autista estão em conformidade com a lei, vez que ter um acompanhante especializado durante todo o momento que o aluno com TEA estiver na escola é uma obrigação da instituição e não um favor ou serviço facultativo. Ambos os documentos, tanto da notificação, quanto da resposta, estão anexados neste trabalho.

Destarte, a genitora conversou em diversas instituições privadas de Ipatinga, mas não achou nenhuma Instituição que cumpria com os deveres das crianças autistas, da maneira descrita pela lei. Então, a autora colocou o seu filho para estudar na cidade de Coronel Fabriciano, tendo que percorrer diversos quilômetros, em prol da garantia do direito à educação efetiva ao seu filho, pois em uma cidade com tantas instituições, como Ipatinga, nenhuma escola pesquisada pela genitora cumpria a lei de forma satisfatória.

Salienta-se que isso é um descaso com o cidadão, pois além de estar pagando a instituição, as famílias das crianças autistas ainda têm que lidar com essa falta de comprometimento das instituições privadas. Este trabalho aborda a situação das escolas particulares, sobretudo de Ipatinga, pelo fato de demonstrar a realidade vivida pela autora. Isso não quer dizer que o descaso não ocorre em instituições públicas, mas como é um tema amplo, este artigo não adentrou em todos os âmbitos da educação inclusiva.

O intuito é ressaltar a necessidade de fiscalização por parte órgãos de proteção à criança e ao adolescente da cidade de Ipatinga. Outrossim, a secretaria de educação do município precisa notificar as instituições privadas e exigir o cumprimento dos deveres em prol da educação inclusiva.

É mister que sejam criadas palestras para instruir os colégios privados sobre suas obrigações e que sejam desenvolvidos cursos intensivos, a fim de profissionalizar os professores, para que saibam lidar com os alunos autistas. Desse modo, se providências não forem tomadas, o futuro das crianças com Transtorno do Espectro Autista está comprometido.

5 NOTAS CONCLUSIVAS

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição caracterizada pela dificuldade de socialização, disfunções no comportamento e na comunicação. Segundo Santos (2017) apenas em 1980 que começaram os estudos aprofundados sobre este transtorno, vez que antes equiparavam o autismo à esquizofrenia. O TEA possui diversos graus e pode manifestar de inúmeras formas, cada autista possui sua particularidade, por isso o diagnóstico é difícil.

O autismo não tem cura e suas causas ainda não foram definidas pela ciência. Contudo, se uma criança autista for estimulada da forma correta, por meio

de um trabalho conjunto entre a família, as escolas e toda a rede de apoio que convive com esse infante, seu desenvolvimento será positivo e o indivíduo autista conseguirá realizar todas as atividades cotidianas.

A família de uma criança com TEA passa por muitos desafios cotidianamente, frente à má informação que a sociedade tem diante do autismo. Assim, a Lei Berenice Piana, criada em 2012, é a principal legislação em prol dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista. Este importante instrumento normativo estabelece um rol de garantias a serem cumpridas pela sociedade, em prol da proteção das crianças com autismo.

Um dos maiores desafios enfrentados pelas pessoas com TEA é a efetivação de uma educação inclusiva. É notório que tanto a Lei Berenice Piana, quanto a Constituição Federal e diversas legislações infraconstitucionais estabelecem diretrizes para a inclusão das crianças autistas nas escolas, sobretudo, na rede regular de ensino. Porém, além do acesso a instituições é fundamental que haja fiscalização e investimento para que os autistas permaneçam nas escolas.

E é por isso, que a Lei Berenice Piana prevê diretrizes, como a profissionalização dos professores, para que esses educadores estejam preparados para lidar com os infantes autistas de todos os graus. Também são previstos o investimento em pesquisas sobre o TEA, o estímulo à profissionalização das pessoas com autismo e a exigência que todas as escolas contratem um acompanhante especializado para frequentar as aulas junto à criança autista, se comprovado a necessidade.

Diante de todo o exposto, a realização deste trabalho foi crucial para possibilitar um conhecimento aprofundado sobre as diretrizes de educação inclusiva do Brasil, demonstrando os ordenamentos de proteção às crianças especiais, sobretudo as autistas, que são o principal foco desta pesquisa.

A partir da compreensão a respeito das garantias já previstas aos infantes com TEA, foi analisado os aspectos necessários para o desenvolvimento de uma criança autista, como a necessidade de estímulos e da união entre a família e a escola, para que a criança consiga ser bem compreendida e sejam tomadas providências de acordo com as maiores dificuldades demonstradas pelo infante.

Entretanto, constatou-se a partir da pesquisa bibliográfica e do relato sobre a dificuldade de uma escola em aceitar o meu filho, que muitas instituições privadas não estão preparadas para receberem as crianças autistas. Nota-se que as escolas particulares precisam ser fiscalizadas e o poder público deve obrigá-las a seguirem as leis impostas, vez que se estes colégios desvincularem de suas obrigações e o governo manter-se inerte, a educação inclusiva nunca será concretizada de forma eficaz.

Na cidade de Ipatinga, que é o município onde eu resido, há grande dificuldade em encontrar escolas que estão preparadas para receberem alunos autistas, pois a maioria dos colégios privados não têm profissionais que acolhem as crianças com TEA e nem fornece um acompanhante especializado, para ajudarem os infantes a desenvolverem. Destarte, tive que matricular o meu filho em Coronel Fabriciano, uma cidade vizinha menor e menos desenvolvida que Ipatinga, mas que já possui a conscientização a respeito da obrigatoriedade da educação inclusiva.

Mediante tudo que foi vivenciado neste trabalho, é importante destacar que as famílias dos autistas têm um grande desafio pela frente, mas já podemos comemorar as vitórias legislativas e não devemos aceitar o descumprimento das legislações previstas. O futuro das crianças autistas depende de um presente, onde os direitos são cumpridos nos casos concretos.

Ademais, eu, como mãe de uma criança com Transtorno do Espectro Autista passo por dificuldades imensuráveis para que o meu filho consiga ter o direito de viver sem preconceito, convivendo com todas as pessoas sem ser excluído pelo transtorno que ele tem, mas sendo aceito pela pessoa maravilhosa que ele é. Este trabalho ensina a toda a população que o autismo não é uma doença, mas sim uma forma diferente de ver o mundo.

E afinal, se todos fôssemos iguais, como conseguiríamos melhorar a sociedade? Os autistas conseguem pensar como ninguém, são excepcionais e têm muito a contribuir com a nação. Contudo, eles precisam de estímulo, cuidado e muito respeito, pois assim conseguirão demonstrar ao mundo o seu valor. A luta é grande, mas ela é necessária, pois eu, assim como milhões de mães brasileiras, tenho a esperança de conseguir fazer a diferença, em prol do futuro dos nossos filhos autistas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Andressa Rodrigues. **Inclusão escolar de crianças e adolescentes com transtorno de espectro autista (tea)- a efetividade da legislação no município de Goiânia.** Goiânia, 2021. Disponível em:

<https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1444/1/7.%20TCC%20-%20ANDRESSA%20RODRIGUES%20DE%20MAGALH%C3%83ES%20ALVES.pdf>. Acesso em: 03 set. 2022.

AMARAL, L. A. **Conhecendo a deficiência (em companhia de Hércules).** São Paulo: Robel, 1995.

ANTONOVICZ, Marilene. **Inclusão e os desafios da acessibilidade dos alunos com deficiência em uma Escola do município de São Bento do Sul – SC.** Florianópolis, 2020.

APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais.** Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARCELLOS, Ana Paula de. **Constitucionalização das políticas públicas em matéria de direitos fundamentais: o controle político-social e o controle jurídico no espaço democrático.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1444/1/7.%20TCC%20-%20ANDRESSA%20RODRIGUES%20DE%20MAGALH%C3%83ES%20ALVES.pdf>. Acesso em: 03 set. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 8.368, de 02 de dezembro de 2014.** Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8368.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%208.368%2C%20DE%202,com%20Transtorno%20do%20Espectro%20Autista. Acesso em: 08 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069compilado.htm. Acesso em: 10 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm. Acesso em: 15 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 05 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de junho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 05 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020.** Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13977.htm#view. Acesso em: 05 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Inclusiva – a escola.** Brasília, DF: MEC/SEF, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer nº 2/2015.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Brasília, DF: CNE, 2015.
BRITO, Rejane Miranda Sampaio Barbosa de. **Organizações formais de trabalho:** um enfoque na saúde mental do trabalhador e a tutela jurídica. 2012. Projeto de Pesquisa (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito de Ipatinga, Ipatinga, 2012.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional.** São Paulo: Malheiros, 2019.

BUENO, J. G. S. **Educação Especial brasileira:** integração / segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC/PUCSP, 1993.

CARVALHO, A, C, S; TEIXEIRA, S, M, O; NEGREIROS, F. **Entre o discurso e a ação:** a inclusão escolar sob a ótica dos professores no Piauí. Disponível em: http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/VI.encontro.2010/GT.11/GT_11_09_2010.pdf. Acesso em: 10 set. 2022.

CAETANO, Luciana Maria. **Relação escola e família:** uma proposta de parceria. Universidade de São Paulo, 2004. Disponível em: http://www.seufuturonapratica.com.br/intellectus/_Arquivos/Jul_Dez_03/PDF/Luciana.pdf. Acesso em: 01 out. 2022.

CUNHA, Eugenio. **Autismo e inclusão:** psicopedagogia práticas educativas na escola e na família. 6. ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2015.

DIAS, Paulo C. A autoeficácia dos professores para a implementação de práticas inclusivas: contributos para uma reflexão sobre a inclusão educativa. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas na Educação (online)**, v. 25, n. 94, 2017.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre princípios, políticas e práticas na área das Necessidades Educativas Especiais.** Salamanca, 1994.

DONVAN, John; ZUCKER, Caren. **Outra Sintonia:** a história do autismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

GLAT, R. Um enfoque educacional para a Educação Especial. **Fórum Educacional**, v. 9, n. 1, 1985.

HAAS, Clarissa; PANTALEÃO, Edson; ORLANDO, Rosimeire Maria; BAPTISTA, Cláudio Roberto. Rodas de pesquisa e formação em educação especial: as trajetórias de estudantes com deficiência. **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos (on-line)**. Brasília, DF, v. 97, n. 247, 2016.

FERREIRA, J. R.; GLAT, R. Reformas educacionais pós-LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização. *In*: SOUZA, D. B.; FARIA, L. C. M. (org.). **Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós-LDB.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 372-390.

GOBBO, André; BONFIGLIO, S. U. O impacto da inclusão de síndromes graves na escola regular. *In*: BIEGING, P.; BAZARELLO, I. R.; ULBRICHT, V. R. (org.). **Educação no plural:** da sala de aula às tecnologias digitais. 1. ed. São Paulo: Pimenta Cultural, 2016, v., p. 218-241.

GLITZENHIRN, Patrícia. **O acesso à educação como direito fundamental garantido constitucionalmente.** Dissertação à Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2015. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/3187>. Acesso em: 02 set. 2022.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar:** o que é, por que é? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MENDES, Fábio Cantergiani Ribeiro. **A lei de diretrizes e bases da educação e a base legal para uma nova disciplina curricular de metodologia de estudo**. Dissertação apresentada à UFRGS. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27184/000764106.pdf?s>. Acesso em: 22 set. 2022.

MORAES, Fernanda Luz. **O direito fundamental à educação de crianças e adolescentes e os instrumentos jurídicos para redução da infrequência/evasão escolar**. Artigo extraído de Dissertação- PUCRS. Rio Grande do Sul, 2014.

NASCIMENTO, Thamires Costa. **Exclusão de uma criança com TEA na rede privada de ensino: um estudo de caso sobre a parceria escola-família**. Paraíba, 2017.

NUNES, D. R. P.; AZEVEDO, M. Q. O.; SCHIMIDT, C. Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 26, n. 47, p. 557-572, 2013.

OLIVEIRA, Andréia Cosme. **O papel da família no processo de inclusão escolar do aluno com transtorno do espectro autista**. Brasília, 2015.

ORRÚ, Ester Silva. **Autismo: o que os pais devem saber?** 2. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

PADILHA, Ana Maria. Prefácio. In: MILANEZ, S. G. C.; OLIVEIRA, A. A. S.; MISQUIATTI, A. R. N. (org.) **Atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual e transtornos globais do desenvolvimento**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. p. 7-10.

PERES, Pedro Pereira dos Santos. O direito à educação e o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. **Jusbrasil**, 2004. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/5633/o-direito-a-educacao-e-o-principio-constitucional-dadignidade-da-pessoa-humana>. Acesso em: 30 set. 2022.

PERES, Jéssica Del Carmem. Minha história. **Cuidados pela vida**. Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://cuidados-pela-vida.webnode.page/sobre-nos/>. Acesso em: 12 out. 2022.

RIBEIRO, Fernando da Costa; SILVA, Shirley dos Santos. BORGES FILHO, Edmar Fernandes. Educação Especial e Inclusiva: Apontamentos históricos e legais sobre a formação docente na perspectiva da inclusão no Brasil. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [s.l.], Ano 6, Ed. 2, v. 6, 2021.

SANTOS, Elisama de Almeida. **Diferente é ser igual: a inclusão de crianças com deficiências no ensino regular e as contribuições da família e do serviço social**. Bahia, 2012.

SANTOS, Mônica. **Culturas, Políticas e Práticas de Inclusão na Administração Pública**: contribuições a partir de uma escola de Governo. Rio de Janeiro, 2017.

SANTOS, Regina Kelly; Antônia Maira Emelly Cabral da Silva Vieira. **Transtorno do espectro do autismo (tea)**: do reconhecimento à inclusão no âmbito educacional. Rio Grande do Norte, 2017.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SCHMIDT, Carlo. (org.). **Autismo, Educação e Transdisciplinaridade**. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

SCHMIDT, Carlo. Transtorno do Espectro Autista: Onde estamos e para onde vamos. **Psicologia em Estudo, Maringá**, v. 22, n. 2, p. 221-230, 2017.

SOUSA, L. L. L.; Pinheiro, T. S.; Costa, H. M.; Moura, C. S.; Vieira, M. D. S. **Os desafios da inclusão de alunos autistas nas escolas públicas da cidade de picos**, 2015.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

ULBRICHT, V. R. (org.) **Educação no plural**: da sala de aula às tecnologias digitais. São Paulo: Pimenta Cultural, 2016. p. 218-241.

VIDIGAL, Suzana. **Uma advogada extraordinária**: um olhar sobre o autismo. Vitória: Jornal Virtual, Vida Simples, 2022.

WARREN, Z. *et al.* A Systematic Review of Early Intensive Intervention for Autism Spectrum Disorders. **Pediatrics**, Estados Unidos, v. 127, n. 5, p. e1303–e1311, 2011.

ANEXO A - NOTIFICAÇÃO À ESCOLA E RESPOSTA

ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA

[REDACTED], brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº: **[REDACTED]**, RG: MG-**[REDACTED]**, residente e domiciliada na Rua Nova Iguaçu, nº: **[REDACTED]**, Apto. **[REDACTED]**, Veneza, Ipatinga-MG, CEP: 35164-257, vem através de sua advogada signatária, mandato procuratório anexo, endereço profissional abaixo-inserido, por meio desta, promover:

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Em face de **[REDACTED]**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº: **[REDACTED]**, com sede na Rua **[REDACTED]**, nº: **[REDACTED]**, Bairro Caravelas, Ipatinga - MG, CEP: 35164-268, com amparo nas razões fáticas e de direito a seguir alinhavadas:

DOS FATOS.

A Notificante é mãe de **[REDACTED]**, que faz parte do corpo discente da **[REDACTED]** ora Notificada.

Importante ressaltar que, **[REDACTED]** é pessoa com "Transtorno do Espectro Autista" (TEA) em comorbidade com o "Transtorno de Déficit de Atenção" (TDAH), e como tal, necessita, do ponto de vista da escolaridade, acompanhamento diferenciado, com adequações pedagógicas e suporte individualizado, devido às dificuldades no aprendizado, entrosamento social e comunicação.

Sendo assim, **[REDACTED]** necessita de um trabalho contínuo multidisciplinar, tutelado, em todas as áreas em que está inserido, tudo conforme relatório médico anexo.

Ocorre que, a Notificada não tem disponibilizado um profissional especializado para o acompanhamento de [REDACTED], sendo que este vem ficando sozinho na sala de aula, sem o apoio de que necessita, ante as dificuldades relacionadas ao seu quadro clínico.

Anteriormente, a Notificante pagava um profissional especializado para acompanhar seu filho o tempo todo dentro da escola, momento em que seu rendimento escolar aumentou consideravelmente, mas diante da impossibilidade financeira de continuar pagando pelo profissional, a Notificante teve que encerrar este acompanhamento, oportunidade em que o rendimento escolar de [REDACTED] caiu acentuadamente.

Importante ressaltar que, as pessoas com autismo são consideradas pessoas com deficiência para todos os efeitos legais, conforme artigo 1º, § 2º da Lei nº: 12.764, de 27 de Dezembro de 2012.

Necessário consignar ainda que, é direito da pessoa com transtorno do espectro autista, incluída nas classes comuns de ensino regular, um acompanhante especializado. Vejamos o que diz a Lei 12.764/2012:

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

Sendo assim, é dever da escola, ora Notificada, disponibilizar um profissional especializado para o acompanhamento "full time", ou seja, durante todo o tempo em que o menor [REDACTED] estiver na escola, durante todas as aulas.

Salienta-se que, [REDACTED] encontra-se regularmente matriculado na 05ª série do período vespertino da instituição de ensino notificada.

DOS PEDIDOS.

Sendo assim, solicita seus bons préstimos, para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, comece a disponibilizar para o menor [REDACTED] um profissional especializado para o seu acompanhamento "full time", ou seja, durante todo o tempo em que estiver na escola, durante todas as aulas, tudo conforme legislação pertinente:

Solicita ainda que, seja marcada uma reunião com as professoras de [REDACTED], bem como com a coordenadora da instituição, devendo ser comunicado data e horário através do WhatsApp do procurador da Notificada, telefone nº: (31) [REDACTED] - [REDACTED]
[REDACTED]

Na certeza de que o pedido será atendido,
Atenciosamente,

Ipatinga, 16 de Setembro de 2021.

[REDACTED]
OAB/MG [REDACTED]